



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BAP

**A Contribuição da Assessoria de Comunicação para a Transparência e
Engajamento na Gestão Pública Municipal: um estudo na Prefeitura da Escada
- PE**

PAULO ROBERTO FERNANDES FILHO

JOÃO PESSOA – PB

2025

PAULO ROBERTO FERNANDES FILHO

**A Contribuição da Assessoria de Comunicação para a Transparência e
Engajamento na Gestão Pública Municipal: um estudo na Prefeitura da Escada-
PE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Administração Pública, do Departamento
de Gestão Pública, do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal
da Paraíba UFPB, como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em
Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Hermann Atila
Hrdlicka

AGOSTO DE 2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F363c Fernandes Filho, Paulo Roberto.

A contribuição da assessoria de comunicação para a transparência e engajamento na gestão pública municipal: um estudo na prefeitura da Escada-PE / Paulo Roberto Fernandes Filho. - João Pessoa, 2025.
34 f. : il.

Orientação: Hermann Atila Hrdlicka.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Comunicação pública. 2. Assessoria de comunicação. 3. Governança. I. Hrdlicka, Hermann Atila. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35(043)

PAULO ROBERTO FERNANDES FILHO

A Contribuição da Assessoria de Comunicação para a Transparência e Engajamento na Gestão Pública Municipal: um estudo na Prefeitura da Escada/PE

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Hermann Atila Hrdlicka
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **GERALDO MAGELA DE ANDRADE**
Data: 03/12/2025 09:24:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Geraldo Magela de Andrade
1º Examinador

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIO PERAZZO BARBOSA MOTA**
Data: 04/12/2025 09:21:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Flavio Perazzo Barbosa Mota
2ª Examinadora

JOÃO PESSOA - PB
Agosto – 2025

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, a professora Ana Maria da Silva Fernandes, que sempre me apoiou, até quando não entendia o que eu fazia, ao meu pai Paulo Roberto Fernandes pela educação e obstinação, ao meu esposo e parceiro Leandro Santos pela paciência e apoio diário, a prefeita de Escada/PE, Mary Gouveia pela oportunidade de contribuir em sua gestão, aos meus familiares, a todos professores que passam em minha vida acadêmica, e aos colegas de profissão na área de comunicação e de outras áreas que me ajudaram a construir o profissional que sou hoje.

RESUMO

Durante a condução deste trabalho, foi possível realizar uma análise da comunicação pública na Prefeitura da cidade de Escada, estado de Pernambuco, com base nas vivências dos servidores que trabalham e trabalharam na gestão da comunicação municipal. O trabalho mostrou, de um lado, o que já foi conquistado e, de outro, as limitações estruturais e estratégicas que persistem, em especial a relação ao uso intensivo de meios digitais para aproximar os escadenses e aumentar a transparência. Os dados apresentados indicam que, embora a comunicação pública tenha um papel importante no diálogo com o cidadão, existem oportunidades para melhorar a avaliação, a formação técnica dos profissionais e a articulação das ações comunicativas com os outros setores administrativos, para uma gestão mais integrada e estratégica. Esse diagnóstico enriquece a compreensão sobre a comunicação pública em outras cidades de porte similar, alinhando-se aos aspectos sobre governança pública e à comunicação como serviço essencial e estratégico, discutidas na literatura recente. Além disso, a pesquisa ainda serve de referência para outras cidades que enfrentam questões organizacionais e estruturais semelhantes, provocando uma reflexão crítica sobre as práticas comunicativas. Contudo, a análise se limita à perspectiva dos servidores que estão diretamente envolvidos na comunicação, sem considerar outros agentes valiosos, como os cidadãos e os agentes políticos, que poderiam contribuir para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do tema. Em termos práticos, os resultados oferecem uma base que pode ser utilizada para formular propostas visando à profissionalização e ao fortalecimento institucional do setor, bem como à promoção da transparência e da participação da sociedade. É recomendável que pesquisas futuras ampliem o foco, que é a comunicação pública em pequenos municípios, para incluir uma variedade de agentes e diferentes métodos e outros tipos de estudos. Com isso, este estudo contribui para o fortalecimento da comunicação pública municipal, ressaltando a importância da avaliação constante, da capacitação e da integração como bases para se estabelecer uma comunicação que seja realmente democrática e eficaz.

Palavras-chave: Comunicação Pública, Assessoria de Comunicação, Governança

ABSTRACT

During the development of this work, it was possible to conduct an analysis of public communication at the City Hall of Escada, Pernambuco, based on the experiences of the servers who currently work or have worked in the municipal communication management. The study revealed, on one hand, the achievements already made and, on the other, the structural and strategic limitations that persist, especially regarding the intensive use of digital means to bring the people of Escada closer and increase transparency. The data presented indicate that, although public communication plays an important role in dialoguing with citizens, there are opportunities to improve evaluation, the technical training of professionals, and the coordination of communication actions with other administrative sectors, promoting a more integrated and strategic management. This diagnosis enriches the understanding of public communication in other similarly sized cities, aligning with aspects of public governance and communication as an essential and strategic service discussed in recent literature. Furthermore, the research serves as a reference for other cities facing similar organizational and structural issues, prompting critical reflection on communicative practices. However, the analysis is limited to the perspective of the servers directly involved in communication, without considering other valuable agents, such as citizens and political actors, who could contribute to a broader and deeper understanding of the topic. Practically, the results offer a foundation that can be used to formulate proposals aimed at professionalization and institutional strengthening of the sector, as well as promoting transparency and societal participation. It is recommended that future research expands the focus on public communication in small municipalities to include a variety of agents and different methods and study types. Accordingly, this study contributes to strengthening municipal public communication, emphasizing the importance of continuous evaluation, training, and integration as bases for establishing truly democratic and effective communication.

Keywords: Public Communication, Communication Advisory, Municipal Governance

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fac-símile de página de questionário - Google Forms.....	18
Figura 2 - Fac-símile de mensagem enviada a servidores	19
Figura 3 - Organograma parcial da Prefeitura de Escada (PE)	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação relativa quanto à formação profissional	20
Gráfico 2 – Meios utilizados na comunicação da Ascom Escada-PE	20
Gráfico 3 – Fatores comprometedores de autonomia setorial	22

SUMÁRIO

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
O Papel da Comunicação Pública como Instrumento da Democracia	14
A Assessoria de Comunicação como Instrumento de Relação com a População	15
3 METODOLOGIA	17
Público e Amostra	17
Ferramenta de Pesquisa	18
Coleta de dados	19
Análise de Categorias (MADURO, 2024)	19
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
Quanto ao Objeto	21
Quanto aos participantes	23
Quanto às limitações e outros percalços	23
5 PROPOSTAS PARA O APERFEICOAMENTO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM ESCADA-PE	27
Estruturação das Assessorias de Comunicação	27
Estratégias para Fortalecimento da Transparência	28
Mecanismos de Engajamento Cidadão	28
Uso de Tecnologias e Canais de Comunicação	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

A assessoria de comunicação representa um pilar estratégico fundamental para a gestão pública municipal no Brasil, desempenhando papel central na relação entre governo e cidadãos, na promoção da transparência, no fortalecimento da democracia local e na efetividade das políticas públicas. Responsável pela comunicação pública institucional viabiliza a divulgação sistemática de informações sobre orçamento, despesas, licitações, contratos, programas e ações governamentais. Dessa forma, as práticas realizadas vão além do cumprimento legal de estabelecer a transparência ativa como dever de Estado: fortalece a confiança da população na administração municipal e possibilita o controle social.

Estudos demonstram que municípios com estruturas de comunicação organizadas apresentam melhores índices de transparência. De outra forma, a comunicação eficaz permite que dados técnicos e complexos sejam traduzidos em linguagem cidadã para que a população compreenda e acompanhe as ações governamentais, reduza rumores e mal-entendidos auxilie na cristalização de uma imagem institucional baseada em credibilidade.

A participação social fortalecida pela comunicação contribui para decisões mais alinhadas às necessidades reais da população local, amplia a legitimidade das políticas públicas e promove uma cidadania ativa fundamentadas em uma nova cultura de responsabilização do ente público e que, no final, empodera a democracia.

Conforme explica Fernandes Filho (2019), o propósito da assessoria de comunicação é estabelecer um relacionamento com a imprensa, convertendo eventos, atos e ações do órgão público, que no nosso caso se referem às ações do poder executivo de Escada (PE), em tópicos que mereçam espaço na mídia regional. Brandão (2009) também destaca que a comunicação pública é um campo multidisciplinar e em constante construção conceitual, englobando comunicação do Estado, governamental/institucional e comunicação política. A comunicação pública tem como objetivo principal garantir que as informações estejam disponíveis para todos, possibilitando que a população acompanhe as ações do governo, exerça sua

cidadania e contribua para a democracia.

Essas perspectivas estão em consonância com as normas brasileiras: a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que regula o direito ao acesso amplo à informação pública, e a Lei Complementar 131/2009, que determina a transparência em tempo real das ações orçamentárias e financeiras pública. Ambas destacam a comunicação pública como ferramenta para garantir direitos e fortalecer o controle social (Haswani, 2010).

Portanto, investigar de que forma a assessoria de comunicação pública pode fortalecer a transparência e o engajamento da população em um Município é buscar encontrar o elo entre teoria, legislação e práticas locais. Desta forma, a pergunta orientadora deste trabalho é:

“Como a assessoria de comunicação do Município de Escada (PE) pode fortalecer a transparência e engajamento da população?”

Os objetivos consistem em: (I) examinar os meios de comunicação pública utilizados por uma assessoria municipal específica; (II) avaliar suas contribuições na transparência e no engajamento dos cidadãos, e (III) sugerir abordagens que sejam adequadas à realidade local.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os desafios específicos da comunicação pública em pequenos municípios, que representam 75% dos municípios em estados como Santa Catarina, e frequentemente enfrentam limitações de recursos, infraestrutura tecnológica defasada e baixa capacitação técnica.

As dimensões de análise perseguidas estão resumidas em: (I) como está organizada a assessoria objeto; (II) como usa plataformas digitais e canais de comunicação; (III) expor alguns fluxos de trabalho e produção de conteúdo; e (IV) como se dá a interação com cidadãos e imprensa local.

Os princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI), da Lei da Transparência, juntamente com as orientações da CGU – Controladoria Geral da União e da

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON? utilizadas nesta pesquisa reforçam a importância de garantir uma transparência pública eficaz para possibilitar o controle social e o exercício pleno da cidadania.

Este trabalho está organizado em: Fundamentação Teórica; a assessoria de comunicação como instrumento de relação com a população e o papel da comunicação pública como instrumento da democracia; estudo de caso sobre a assessoria de comunicação do município de Escada; discussão dos resultados; e considerações finais com propostas para fortalecer a comunicação pública local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No setor público, comunicar-se vai muito além de simplesmente divulgar as ações do governo. Ela é um componente fundamental da democracia e da cidadania. Baseia-se no direito de todos os cidadãos de receber informações e na obrigação do Estado de atuar com transparência. A Comunicação Pública de Estado visa fornecer informações de maneira transparente e imparcial, sem favorecer indivíduos ou partidos. Ela estabelece um canal de comunicação entre o Estado, governo e população, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e facilitando a troca de informações e ideias.

Nesse contexto, a Assessoria de Comunicação e Imprensa (Ascom/AI) da administração pública tem uma função muito relevante. Antes, ela se dedicava mais ao contato com a imprensa, mas hoje seu papel é maior, principalmente em cidades pequenas, onde muitas vezes é a principal fonte de notícias. É responsabilidade desse setor garantir que as informações cheguem à população e que haja diálogo entre a prefeitura e os moradores. No entanto, essa prática enfrenta desafios, como a interferência política, a falta de recursos e o desconhecimento sobre sua função estratégica, o que faz com que, em alguns casos, a comunicação pública seja confundida com propaganda governamental.

A diferença entre gestão pública (de caráter operacional) e governança pública (voltada à estratégia e ao controle) permite compreender a comunicação como uma ferramenta essencial para ambas. Ela ajuda não só a administração a funcionar melhor, mas também a mostrar claramente o que está sendo feito, sendo prestado contas, (*accountability*) e a permitir que o cidadão participe. Assim, alinhar as ações comunicacionais aos princípios da governança, como transparência, integridade e atender às necessidades da sociedade é essencial para que a comunicação realmente ajude a democracia.

O Papel da Comunicação Pública como Instrumento da Democracia

A comunicação pública tem como principal objetivo tornar as ações realizadas pelo governo mais transparentes e ajudar a fortalecer a democracia brasileira; mais do que apenas divulgar informações, ela é fundamental para garantir que todos os cidadãos possam acompanhar e participar do que é realizado pelo governo. Conforme define Elizabeth Brandão (2007), é “aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania”... e se apresenta como “um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país”.

O governo precisa conversar com as pessoas, como ressalta Margarida Kunsch “...O poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência” (2007)

Informar é mais do que uma obrigação: é um direito de todo cidadão. Ter acesso à informação ajuda as pessoas a entender e participar do que o governo faz. Eugênio Bucci articula essa ideia de forma incisiva:

“A informação só é um direito do cidadão porque, na democracia, todo poder emana do povo e em seu nome é exercido - e é para delegar o poder que o cidadão tem o direito de estar bem-informado [...] A informação é um direito, assim como a educação é um direito, assim como a saúde é um direito. É um direito tão importante quanto os demais, um direito de todos, independentemente das inclinações ideológicas de cada um.” (Bucci, in Duarte, 2007, p. 194).

No Brasil, o marco legal solidifica esse direito. A Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência) e a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) são instrumentos cruciais que “reforçam a comunicação pública como instrumento de garantias dos direitos e do controle social”. Essas leis determinam que o governo deve tornar informações públicas, seja por iniciativa própria (transparência ativa) ou ao atender pedidos dos cidadãos (transparência passiva). O objetivo final é garantir o

controle social efetivo:

“Os cidadãos devem ter acesso a informações que lhes possibilitem conhecer o que acontece nas organizações e entender o que elas planejam fazer, o que têm realizado de fato e quais resultados têm alcançado, para poderem assim se posicionar a respeito. Além disso, os cidadãos devem estar convencidos de que eventuais desvios do interesse público serão devidamente apurados e tratados”. (Brasil, 2020, p. 88, citado em Maduro, 2024, p. 39).

A Assessoria de Comunicação como Instrumento de Relação com a População

Na administração pública, a Assessoria de Comunicação (Ascom) é responsável por cuidar da comunicação com a população. Tradicionalmente, uma de suas funções, a Assessoria de Imprensa (AI), focava em "construir um relacionamento com a imprensa de modo a transformar eventos, atos e ações do órgão público em assuntos com capacidade para ocupar espaço na mídia".

Porém, no setor público, o trabalho da Ascom vai além de aparecer na mídia, pois seu principal objetivo deve ser atender ao cidadão, e não só se preocupar com a imprensa. A Ascom pública deve ser o órgão que "extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum" (KUNSCH, 2012)

Essa responsabilidade é ainda maior em municípios de pequeno porte, onde a imprensa local pode ser inexistente ou enfraquecida, tornando a comunicação da prefeitura a principal, e por vezes única, fonte de informação para a comunidade, como ilustrado pela fala de um servidor: "O perfil institucional da prefeitura se tornou o maior e o mais importante veículo de comunicação da cidade [...] A imprensa replica o que a gente produz".

Os profissionais da Ascom, em especial os jornalistas que nela atuam, são agentes essenciais na concretização do dever de transparência e prestação de contas (*accountability*). Eles explicam o que é feito pelo governo usando uma linguagem fácil de entender, tornando essas informações claras para todos.

“Ao atender demandas dos veículos de comunicação, distribuir conteúdo para as mídias ou ao alimentar os canais próprios de divulgação de cada unidade ou do governo, cooperar com profissionais de outras áreas, os jornalistas efetivam o trabalho cotidiano de prestação de contas.” (Mick, 2021, p. 71, citado em Maduro, 2024, p. 51).

É imprescindível, portanto, que a Ascom não seja utilizada para "autopromoção servindo à vaidade dos gestores eleitos". O trabalho deve ser pautado pelo interesse público e pela ética, garantindo que a comunicação sirva ao bem comum e ao povo. Bucci (2015, p. 69) define com clareza essa finalidade:

“A comunicação pública se compõe de ações afirmativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado¹⁵. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada.” (Bucci, 2015, p. 69, citado em Maduro, 2024, p. 45)

3 METODOLOGIA

Este capítulo descreve a metodologia aplicada na pesquisa que analisou a gestão da comunicação pública municipal na Prefeitura de Escada/PE, centrando-se nos servidores que atuam ou atuaram no órgão. População e amostra, instrumento, coleta, análise e categorias de interpretação dos dados, com base em Maiara Carvalho Batista Maduro (2024). E se conectam ao método de pesquisa exploratória aplicada através de estudos de caso proposto por Yin (20015 possibilitando a obtenção de respostas que são tanto quantificáveis quanto comparáveis, porém limitadas por sua natureza qualitativa, no que diz respeito à estrutura, às práticas e aos desafios da comunicação pública em pequenos municípios.

Público e Amostra

A amostra por conveniência foi constituída por 17 servidores municipais de Escada/PE, principalmente aqueles que, em suas funções atuais ou em empregos anteriores, estiveram ligados às atividades de comunicação pública, na assessoria de comunicação do gabinete da prefeita ou prefeito do município (caso já tenha prestado serviço). Os participantes que foram convidados através do WhatsApp, nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2025.

Ferramenta de Pesquisa

Utilizou-se um questionário semiestruturado, conforme Figura 1, que incluiu questões sobre:

- Aspectos pessoais e profissionais dos servidores (sexo, escolaridade);
- Organização e operação do setor de comunicação;
- Canais de comunicação com o público;
- Criação e análise das ações de comunicação institucional;
- Dificuldades encontradas e influências na operação do setor.

Figura 1 - Fac-símile de página de questionário - Google Forms



Questionário para Pesquisa em Comunicação Pública Municipal

Me chamo Paulo Fernandes e estou concluindo o curso de Administração Pública na UFPB. Gostaria de contar com a sua ajuda para responder este questionário, que faz parte do meu estudo de caso integrado ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: **"A Contribuição da Assessoria de Comunicação para a Transparência e Engajamento na Gestão Pública Municipal: um estudo na Prefeitura da Escada/PE."**

Desde já, agradeço imensamente a sua colaboração. Este trabalho pode contribuir para a melhoria das práticas e do impacto do trabalho dos profissionais de comunicação pública.

paulorkfernandes@gmail.com [Mudar de conta](#)

✉ Não compartilhado

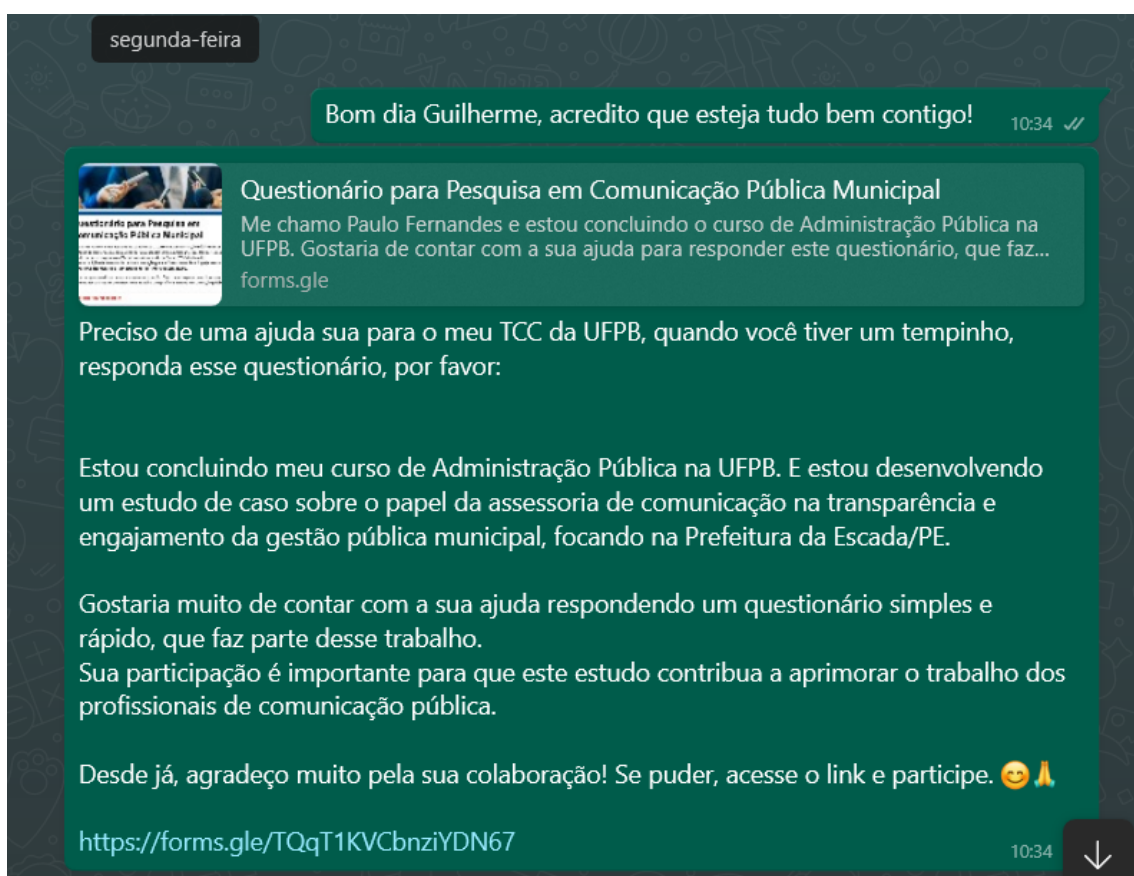
* Indica uma pergunta obrigatória

Fonte: Elaboração própria.

Coleta de dados

A coleta foi feita apenas de maneira online, via WhatsApp para o envio e recebimento das respostas, o que trouxe mais conforto aos servidores e agilidade na coleta dos dados. A comunicação imediata pelo app possibilitou tirar dúvidas e motivar o preenchimento minucioso.

Figura 2 - Fac-símile de mensagem enviada a servidores



Fonte: Elaboração própria.

Análise de Categorias (MADURO, 2024)

A análise dos dados foi realizada com base na categorização teórica proposta por Maduro (2024), que organiza a gestão da comunicação pública em municípios de pequeno porte em três dimensões centrais:

1. Liderança da Comunicação Pública

- Existência e perfil da liderança formal do setor
- Grau de profissionalização e natureza do vínculo dos servidores
- Possível terceirização de funções comunicacionais

2. Estratégia Comunicacional

- Definição de objetivos e metas para a comunicação
- Escolha e uso dos meios de comunicação com a população
- Participação e articulação com outros setores municipais
- Promoção da transparência e estímulo à participação cidadã

3. Controle e Avaliação

- Mecanismos para avaliação e monitoramento das ações de comunicação
- Barreiras ao desempenho, como interferência política e restrições orçamentárias
- Adesão às normativas legais como a Lei de Acesso à Informação e manutenção do Portal da Transparência

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quanto ao Objeto

O objeto de estudo de caso foi o Município de Escada, uma das 184 cidades pernambucanas, microrregião situada na Mata Meridional (Sul), acerca de 60 km de Recife, com 62.252 moradores (IBGE, 2024). O Governo Municipal possui 2.457 servidores, distribuídos em 17 secretarias municipais responsáveis pela condução dos serviços públicos.

A historiadora escadense Mariinha Leão, GOMES (2023), atribui a origem do nome do município à construção de uma escadaria que daria acesso à capela de Nossa Senhora da Apresentação, hoje Santuário Arquidiocesano regional. A prefeita Maria José Fidelis Moura Gouveia, que está em seu segundo mandato até 2028, lidera uma administração com um nível de transparência intermediário de 60,82%, segundo o radar da transparência da ATRICON (2024), o que sugere que ainda há espaço para melhorias.

Escada tem atrativos naturais como quedas d'água, nascentes de riachos, bicas, corredeiras e alguns resquícios da Mata Atlântica do país. Também possui artesanato local, culinária típica e o movimentado calendário de festas populares da cidade, que inclui as festas juninas, o aniversário da cidade em maio, as festas dos santos católicos que apadrinham os bairros da cidade durante todo o ano, as tradicionais cavalgadas.

A cidade conta com importante festa católica no mês de novembro. A festa da padroeira engloba muitos fiéis reunidos na Igreja Matriz, no centro da cidade, além da presença de parques de diversões e shows de artistas locais e nacionais.

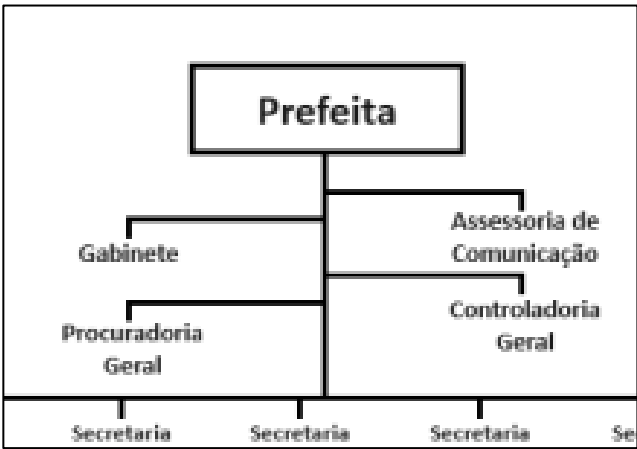
A Assessoria de Comunicação do Gabinete da Prefeita conta atualmente com 4 servidores, sendo dois assessores de comunicação, responsáveis pela condução e gerenciamento dos trabalhos, e dois assistentes de comunicação, que se dividem nas tarefas de produção de conteúdo, produção de vídeos e fotos para o expediente da assessoria, os assessores de comunicação são profissionais formados em área da comunicação, como publicidade e marketing, já os assistentes há um formado em

publicidade e outro em administração, que se dividem nas tarefas diárias, conforme previsto na Lei 2692/2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo:

“Compete à Assessoria de Comunicação formular, integrar e coordenar a política de comunicação, manter arquivo de documentos, matérias, reportagens, fotografias e informes publicados na imprensa local e nacional e em outros meios de comunicação social, abrangendo tudo o que for noticiado sobre o município; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; desenvolver trabalhos técnicos e estudos especializados quando solicitados; estudar e emitir pareceres em processos e expedientes que lhes sejam expressamente encaminhados; minutar despachos, informações e pareceres relativos a processos e a expedientes de rotina; realizar atividades de natureza administrativa quando solicitadas; auxiliar os dirigentes do órgão na supervisão, coordenação e orientação das unidades e dos servidores subordinados; executar outros encargos atribuídos pelo dirigente.” *LEI Nº 2692/2025*

Além disto há diversos prestadores de serviços, como fotógrafos, influenciadores e jornalistas locais que contribuem na criação e dispersão das ações do poder executivo do município para a população.

Figura 3 - Organograma parcial da Prefeitura de Escada (PE)

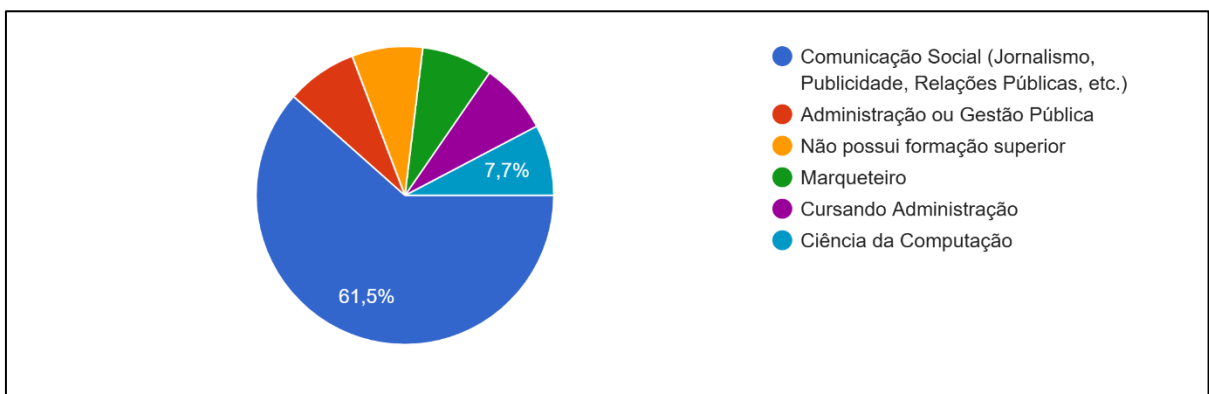


Fonte: Prefeitura de Escada (PE) -

Quanto aos participantes

A maior parte dos servidores se encontra estruturada em áreas de comunicação, com uma liderança formal consolidada, mesmo diante das limitações de recursos disponíveis. Os canais de comunicação mais frequentes são meios digitais informais, especialmente o WhatsApp, e o Instagram, que se destaca como a principal interface com a população.

Gráfico 1 - Participação relativa quanto à formação profissional

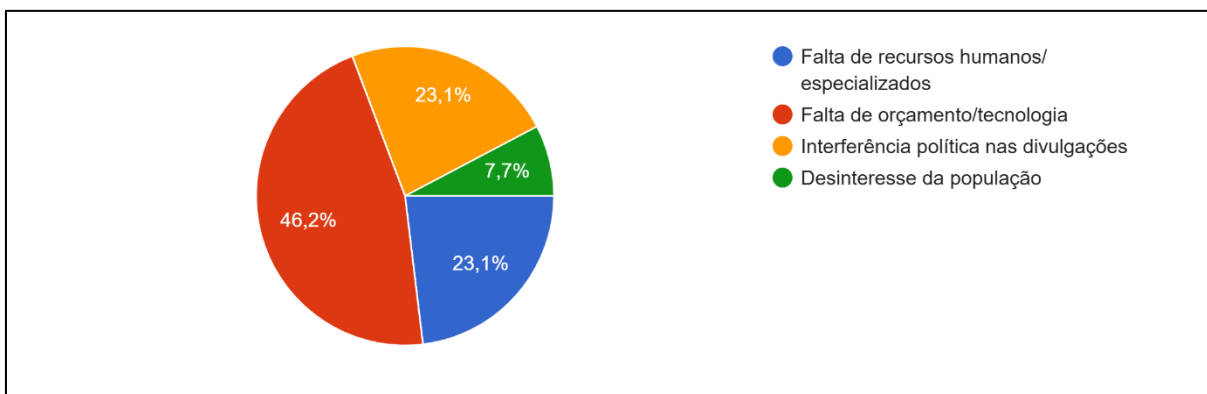


Fonte; Elaboração própria

Quanto às limitações e outros percalços

A comunicação é fundamental para a transparência e para democratizar o acesso à informação, mas os servidores apontam as limitações estruturais e políticas que comprometem o funcionamento pleno do setor, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2 - Meios utilizados na comunicação da Ascom Estrada



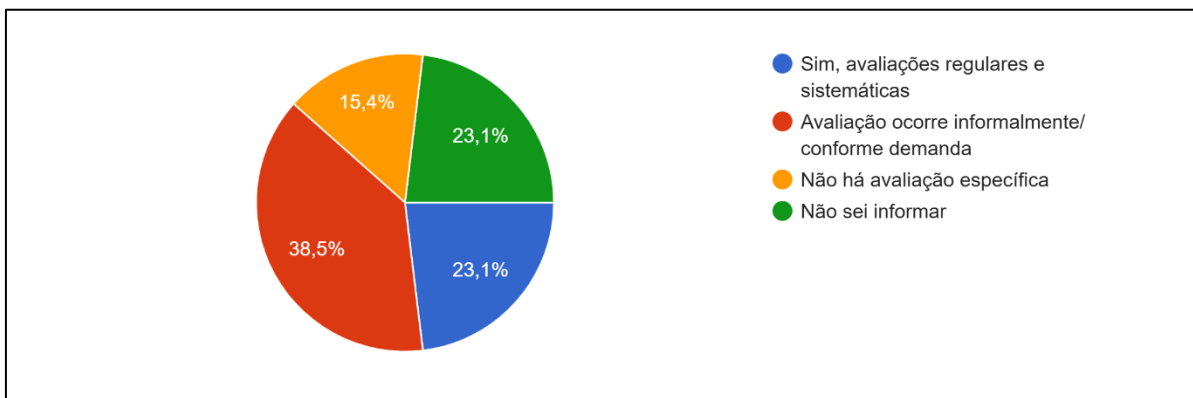
Fonte: Elaboração própria

O gráfico evidencia que, apesar de seu papel estratégico, a comunicação enfrenta desafios como restrições orçamentárias, falta de pessoal qualificado e influências políticas nas divulgações. Tais obstáculos dificultam o desenvolvimento eficiente das atividades de comunicação, impactando diretamente o grau de transparência e o acesso da sociedade às informações públicas.

É notável a falta de um processo formal e sistemático de avaliação das ações comunicacionais, além de influências de fatores políticos e ausência de orçamento, que comprometem a autonomia do setor.

Isso acaba representando uma dificuldade, já que a falta de um processo formal de avaliação impede o constante monitoramento e a otimização das estratégias de comunicação, o que, por sua vez, compromete a transparência e a eficácia do setor. Esse contexto, que é intensificado por intervenções políticas e a falta de um orçamento adequado, compromete a autonomia administrativa e impede que a comunicação pública atinja suas metas de informar e envolver a população.

Gráfico 3 - Fatores comprometedores de autonomia setorial



Fonte: Elaboração Própria

A metodologia que foi aplicada conforme Maduro (2024), como o envio do questionário pelo WhatsApp possibilitou uma exploração mais profunda do cenário comunicacional público em Escada/PE. Os achados mostram que, apesar de contar com uma estrutura formal e profissionais capacitados, a comunicação pública ainda enfrenta grandes desafios que comprometem sua eficácia, especialmente em questões de autonomia, recursos e avaliação das ações.

Como integrante da Assessoria de Comunicação, formulei estas três perguntas e eu mesmo respondi

1. Quais são atualmente as principais limitações enfrentadas pela ASCOM para garantir a transparência e ampliar o alcance das informações públicas no município?
- R. Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Escada/PE - ASCOM/PME, enfrenta restrições estruturais e de recursos que comprometem sua abrangência e profundidade. Conforme a pesquisa revelou, enfrentamos uma escassez de pessoal com formação multidisciplinar e limitações tecnológicas. Além disso, é preciso melhorar o fluxo constante e confiável de informações para a imprensa e o público. Essas limitações comprometem a transparência e a efetividade da comunicação pública e a participação dos escadenses.

2. Que conquistas recentes a ASCOM obteve na comunicação institucional que merecem destaque diante dos desafios enfrentados?
- R. Uma conquista recente da ASCOM/PME na comunicação institucional em Escada diante dos desafios foi alcançar avanços significativos através da integração e atuação em conjunto com jornalistas, influenciadores e produtores de conteúdo da região. A ASCOM também tem desempenhado um papel importante ao aumentar a visibilidade das políticas públicas e assegurar uma comunicação social constante e responsável, estreitando os laços entre a população e as ações da prefeitura da Escada.
3. Quais iniciativas são necessárias para fortalecer a autonomia, modernizar processos e promover uma comunicação mais eficiente e participativa no futuro?
- R. O futuro exige que a ASCOM/PME utilize ferramentas digitais para modernizar a comunicação, tornando as mensagens mais interativas e alcançando mais pessoas. É urgente que se amplie a autonomia da equipe, investindo em capacitação e na ampliação do corpo técnico multidisciplinar. É importante, além disso, a elaboração de planos de comunicação bem estruturados, bem como a utilização de indicadores que permitam uma avaliação contínua dos resultados. Também é necessário se incentive a participação cidadã, por meio de uma comunicação ainda mais clara, rápida e acessível, que esteja em sintonia com as necessidades atuais da sociedade e com a legislação em vigor.

Essas conclusões respondem ao problema de pesquisa que se propôs a investigar como se dá a gestão da comunicação pública municipal ao demonstrar que essa gestão carece de estratégias que reforcem institucionalmente a comunicação pública municipal, priorizando a profissionalização, o planejamento e os mecanismos de avaliação e controle para reduzir a interferência política e fomentar uma participação e transparência maiores diante da população.

5 PROPOSTAS PARA O APERFEICOAMENTO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM ESCADA-PE

São aqui apresentadas sugestões estratégicas para o aprimoramento da gestão da comunicação pública na Prefeitura de Escada/PE, embasadas nos resultados da pesquisa realizada e nas boas práticas observadas em municípios similares, de acordo com os estudos atuais e reconhecidos na área, como os de Maduro (2024) e Matos (2012). A proposta se divide em quatro eixos principais: organização das assessorias de comunicação, fomento à transparência, envolvimento do cidadão e utilização de tecnologias e canais digitais.

Estruturação das Assessorias de Comunicação

A comunicação pública, mesmo com as limitações estruturais em pequenos municípios, é capaz de gerar um significativo potencial transformador. Conforme ressalta Maduro (2024):

“A comunicação pública em municípios de pequeno porte não reflete apenas as limitações estruturais e políticas das administrações locais, mas também carrega em si um potencial transformador. Valorizá-la significa reconhecê-la como um eixo estratégico, capaz de transcender a mera operacionalidade e contribuir para a construção de um espaço democrático mais inclusivo e participativo” (MADURO, p. 112).

É fundamental que o setor de comunicação tenha, ainda que de maneira informal, uma estrutura organizacional bem definida para que as ações comunicacionais se mantenham constantes e alinhadas. A clarificação das atribuições, a articulação funcional com os outros setores e o treinamento contínuo dos profissionais são ações que fortalecem o setor, promovendo maior autonomia e qualidade das práticas comunicacionais.

Estratégias para Fortalecimento da Transparência

Para fortalecer a transparência, é essencial garantir que o Portal da Transparência seja constantemente atualizado e mantido, permitindo que o cidadão tenha acesso de forma clara e simples aos dados públicos. Outro aspecto essencial é a criação de rotinas que garantam uma resposta ágil às solicitações previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI), mantendo a transparência e a confiança nas informações fornecidas ao público.

“A Comunicação Pública de Estado se coloca como um serviço público essencial, e, como tal, enfrenta carências e desafios que podem ser superados com a devida normatização dos serviços, práticas e princípios, bem como no entendimento e valorização como um serviço público de interesse coletivo” (MADURO p. 147).

É essencial criar políticas internas para padronizar ações e garantir uma comunicação clara e imparcial.

Mecanismos de Engajamento Cidadão

O estímulo à participação social é fundamental para a efetivação de uma comunicação pública democrática. Para tanto, recomenda-se o uso de canais bidirecionais, especialmente nas redes sociais de maior penetração local e aplicativos de mensagens, promovendo a interação direta com a população. Campanhas educativas que informem sobre os direitos de acesso à informação e incentivem o uso dos canais oficiais potencializam o exercício do controle social.

Além disso, a presença e atuação da comunicação em espaços públicos deliberativos, como conselhos municipais e fóruns, ampliam a interlocução entre governo e cidadãos, fortalecendo a participação e a transparência. Conforme apontado por Matos (2012), iniciativas que incentivam a participação cidadã contribuem para consolidar práticas democráticas no âmbito municipal.

Uso de Tecnologias e Canais de Comunicação

A incorporação de tecnologias digitais acessíveis é instrumento estratégico para ampliar o alcance e a eficácia da comunicação pública. O uso de redes sociais populares, aplicações móveis e sistemas integrados de atendimento permite maior proximidade com o cidadão e dinamismo nas ações comunicacionais.

A capacitação técnica dos profissionais de comunicação para utilização de ferramentas digitais e análise de dados possibilita não só o monitoramento das demandas da população como também orienta o planejamento estratégico da comunicação pública, ampliando seus impactos sociais.

Essas estratégias são alinhadas aos estudos de Maduro (2024) e Matos (2012), que destacam o papel da tecnologia como um motor para participação cidadã, transparência, e eficiência administrativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho focou a comunicação pública como um instrumento de fortalecimento da democracia local, enfatizando a transparência e a participação, especialmente em pequenos municípios, que têm particularidades e limitações que demandam análises específicas, como mencionado.

Durante a condução deste trabalho, foi possível analisar a comunicação pública na Prefeitura de Escada/PE, com base nas vivências dos servidores que trabalham e trabalharam na gestão da comunicação municipal. O trabalho apresentou, por um lado, os avanços que já se conquistaram e, por outro, as limitações estruturais e estratégicas que ainda existem, em especial em relação ao uso intensivo de canais digitais para estreitar o relacionamento com os escadenses e promover a transparência. Os dados apresentados indicam que, embora a comunicação pública tenha um papel importante no diálogo com o cidadão, existem oportunidades para melhorar a avaliação, a formação técnica dos profissionais e a articulação das ações comunicativas com os outros setores administrativos, promovendo uma gestão mais integrada e estratégica.

Esse diagnóstico enriquece a compreensão teórica da comunicação pública em outras cidades de tamanho semelhante, em consonância com as visões sobre governança pública e a comunicação como serviço essencial e estratégico, abordadas na literatura recente. No campo prático, os resultados trazem um respaldo que pode ser utilizado para criar propostas que busquem profissionalização, e fortalecimento institucional do setor, promovendo a transparência e a participação da sociedade.

Além disso, o estudo continua a ser um parâmetro para cidades que lidam com problemas organizacionais e estruturais parecidos, estimulando uma reflexão crítica sobre as práticas de comunicação. No entanto, a análise se restringe ao ponto de vista dos servidores que atuam diretamente na comunicação, sem considerar a participação de outros agentes, como as dos cidadãos escadenses e dos agentes políticos, o que poderia ajudar a enriquecer a compreensão deste tema. É aconselhável que futuras investigações ampliem o foco neste tema, que é a

comunicação pública em pequenos municípios, incluindo outros agentes e utilizando outros métodos, como entrevistas qualitativas e outros estudos. É importante ressaltar também que este autor desenvolveu um trabalho anterior, que agora se apresenta como apêndice, relacionado à assessoria de comunicação em âmbito municipal, o qual pode servir de referência para pesquisas interdisciplinares e para o avanço do tema em questão.

Dessa forma, esta pesquisa vem a fortalecer o campo da comunicação pública municipal, evidenciando a necessidade de uma avaliação contínua, capacitação e integração, como fundamentos para se ter uma comunicação que seja verdadeiramente democrática e eficaz.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719: apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro, 1989. 9 p.

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON). Programa Nacional de Transparência Pública. Brasília, DF: ATRICON, [s.d.]. Disponível em: <https://www.atricon.org.br/programa-nacional-de-transparencia-publica/>. Acesso em: 01 set. 2025.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. História da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1 -33.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2009.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BUCCI, Eugênio. “Em torno da instância da imagem ao vivo”. Revista Matrizes, ano 3, nº 1, ago./dez. 2009, p. 65-79.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil). Escala Brasil Transparente –

metodologias e orientações. Brasília, DF: CGU, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>. Acesso em: 01 set. 2025.

DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

FERNANDES FILHO, Paulo Roberto. Uma análise sobre a assessoria de comunicação e imprensa na administração pública. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Comunicação Empresarial e Assessoria de Imprensa) — Universidade Estácio de Sá, Escada, 2019.

GOMES, Maria José Leão Portela (Mariinha Leão). Escada: 150 anos de História João Pessoa: Ideia, 2023

HASWANI, Mariângela Furlan. Comunicação estatal como garantia de direitos: entre a publicidade dos atos públicos e os direitos fundamentais. 2010. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Escada, PE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/escada.html>. Acesso em: 01 set. 2025.

LEI Nº 2692, de 22 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo e entidades da Administração Direta do Município de Escada, cria, modifica e extingue entidades, órgãos e cargos, e dá outras providências. Escada, PE, 2025. Disponível em: https://transparencia.escada.pe.gov.br/uploads/5173/1/atos-oficiais/2025/leis/1737638984_lei-n-2692-de-2025---estrutura-administrativa-do-poder-executivo..pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

MADURO, Maiara Carvalho Batista. A gestão da comunicação pública de estado em municípios de pequeno porte: um estudo empírico a partir dos princípios da

governança com vistas à proposição de boas práticas. 2025. Tese (Doutorado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

MATOS, Heloiza Helena Gomes de (Org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA. Prefeitura Municipal da Escada. Disponível em: <https://escada.pe.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA. Portal da Transparência. Disponível em: <https://transparencia.escada.pe.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2025.

Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.